



WILDER DALA QUINJANGO
Superando desafios, inspirando mentes
com paixão e propósito



CEU INÁCIO MONTEIRO

Cuidando da segurança e do bem-estar da comunidade



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 60 (ago. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 338 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.60>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

José Wilton dos Santos

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

10 O QUE VEM AÍ? "DIREITO E SOCIEDADE"

Mirella Clerici

11 POIESIS

14 PLANO DE PROTEÇÃO E GUARDA

CEU INÁCIO MONTEIRO

46 RELATO DE CASO

INTERVENÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela dos Santos Magalhães

12 DESTAQUE

WILDER DALA QUINJANGO

ARTIGOS

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ANA MARIA DAINAUSKAS SOARES	52
2. POTENCIALIZANDO O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA CRIATIVIDADE - ANGÉLICA RODRIGUES VALENTIN	60
3. GESTÃO ESTRATÉGICA E SEU IMPACTO ORGANIZACIONAL. ESTUDO DE CASO NA EDIÇÕES NOVEMBRO, EMPRESA PÚBLICA 2023 - ANGELINA DE FÁTIMA CHITUNDO ESTÉVÃO YOPILO	70
4. ENTRE SABORES E SABERES: A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO INFANTIL - AUREA CARVALHO DE SOUZA	77
5. A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS EM ANGOLA - DANIEL PEDRO JOSÉ	82
6. ESTUDO DE CASO NA DIREÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BELAS, ANGOLA - DOMINGOS ELIAS SACHICO	86
7. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR NA EMPRESA SIABONGA COMERCIAL, LDA NO I SEMESTRES DE 2024 - DOMINGOS FERNANDO CASSUENDE LUCUNDE	93
8. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA - DORIVALDO DA GRAÇA GUEDES TAVARES / EDMILSON DOS PRAZERES DA SILVA	97
9. ESTUDO DE CASO EMPRESA ISABELINHA COMERCIAL 2023 A 2024 - EDSON MARIA SEBASTIÃO JORGE	106
10. A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ELISETE VICENTE DA SILVA OLIVEIRA	114
11. COMUNICAÇÃO INTERNA: FACTORES QUE INFLUENCIAM A COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES - ESTEVÃO QUIXINA CASSULE	133
12. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO: "CASO DA EMPRESA WILVIMAR COMERCIAL, LDA 2021-2022" - EUNICE MUANSA MUESHI	139
13. O MARKTING DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES COMO FACTOR DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO - FELICIANA DA CRUZ VICENTE MANUEL	146
14. IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES ESCASSO EMPRESA INTERSACHI, LDA-ANGOLA - FERNANDO SANJI	154
15. AVALIAÇÃO CRITERIAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS FASES EXPERIMENTAIS DOS EXAMES NACIONAIS - FORTUNA NETO FIGUEIREDO VITANGUI	158
16. A AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVANI	169
17. ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ORAL DO PROFESSOR PARA FOMENTAR O PENSAMENTO CRÍTICO E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL - INGRID DA SILVA CAVALCANTE DE PAULA	176
18. O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: QUEBRANDO ROTINA DO ENSINO TEÓRICO - JOAQUIM PEREIRA BRAVO	182
19. OS DESAFIOS DO MARKETING DIGITAL NO CONTEXTO ONLINE: A SEGMENTAÇÃO DE MERCADO DAS MPMES EM MALANJE EM 2025 - JOSÉ CAMPOS KIFUBA	192
20. BIOFILIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: COMO FAZER? - JULIANA DA SILVA OLIVEIRA	204
21. EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS ESCOLAS PÚBLICAS? - LUZINETE BISPO DOS SANTOS	213
22. IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO COMPLEXO ESCOLAR SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DE MAQUELA DOZOMBO, PROVÍNCIA DO UÍGE - MANUEL ESTEVES MUTALO COA	222
23. ESTUDO COMPARATIVO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA CADEIA DE VALOR DA REFRIANGO, LDA E DA COCA-COLA BOTTLING 2018-2020 - MANUEL LIGAS ANTÓNIO	229
24. ARTE E A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO - MARCELO SANTOS DE MASCARENHAS	234
25. A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE OLHARES DE GRANDES AUTORES - MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES	241
26. APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO BALANCED SCORECARD NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ANGOLANAS.CASO: BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO BPC (2020 - 2022) - MARIA MVÚ ANDRÉ DONDO	247
27. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR - MARIANGELA DE JESUS CHAGAS	251
28. ÉTICA SILENCIADA: FRAGILIDADES DA FISCALIZAÇÃO DISCIPLINAR NA OAB E PROPOSTAS DE REFORMA - MIRELLA CLERICI	258
29. ESTUDO SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO EM ANGOLA - NELITO ANTÓNIO	265
30. GERAÇÃO CONECTADA, INFÂNCIA EM RISCO: PERIGOS E CUIDADOS NA INTERNET SOB A PERSPECTIVA DE JONATHAN HAIDT - PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	272
31. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO - SILVIA HARUE YOGUI	280
32. FRACASSO ESCOLAR E DESIGUALDADES SOCIAIS: O QUE DIRIA PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI? - SOLANGE APARECIDA SILVA	287
33. DO CUIDAR AO EDUCAR: CONSTRUINDO AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA - SUELLEN VIDAL ARAÚJO DA SILVA	293
34. GRÊMIOS ESTUDANTIS: HISTÓRICO,LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - SYLAS IVAN RIZZO TUDECH	300
35. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO - TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO	306
36. O PAPEL DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - THAIS MARANHÃO PEREIRA RODRIGUES	312
37. A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO - VANESSA FERNANDES LEANDRO DE ASSUNÇÃO	322
38. EDUCAÇÃO FEMINISTA: MOVIMENTO SOCIAL ARTICULADO COM A EDUCAÇÃO - VIVIANE MARCIA SANTOS DE MASCARENHAS	328

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



GRÊMIOS ESTUDANTIS: HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

SYLAS IVAN RIZZO TUDECH¹

Resumo: O presente artigo analisa o papel dos grêmios estudantis na educação brasileira, com enfoque histórico, jurídico e pedagógico, ressaltando sua relevância para a formação cidadã e a consolidação da gestão democrática no espaço escolar. A partir da legislação vigente — incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7.398/1985) — observa-se que a participação estudantil constitui um direito assegurado e fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes. A análise recorre a uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, buscando compreender a trajetória histórica dos grêmios no Brasil, sua regulamentação legal, sua função pedagógica e os desafios para sua efetiva implementação no contexto contemporâneo. Conclui-se que os grêmios, quando reconhecidos como instâncias legítimas de representação e valorizados pelas escolas, contribuem para a promoção da cidadania, da ética e do protagonismo juvenil.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil; Legislação Educacional; Participação Democrática; Protagonismo

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço privilegiado para a formação cidadã e para o desenvolvimento de competências sociais, éticas e políticas. Nesse contexto, os grêmios estudantis assumem papel central como instâncias representativas e espaços de exercício da participação democrática. Conforme Veiga (2003, p. 87):

“Os grêmios são espaços consultivos e deliberativos que favorecem a democratização da gestão escolar e proporcionam experiências concretas de atuação cívica”.

Criados para garantir a participação discente nas decisões escolares, os grêmios configuram-se não apenas como organizações recreativas, mas como instrumentos

pedagógicos fundamentais, que possibilitam experiências práticas de cidadania e contribuem para a formação crítica dos estudantes (LIBÂNEO, 2001; GADOTTI). A trajetória histórica dos grêmios no Brasil reflete as oscilações políticas do país. Durante o Estado Novo (1937-1945), por exemplo, houve restrições severas às organizações estudantis (CUNHA, 1991). Na Ditadura Militar (1964-1985), os grêmios foram extintos pela Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464/1964), sendo substituídos por entidades controladas pelo regime, o que reduziu drasticamente a participação democrática nas escolas (ALMEIDA, 2018). Somente no processo de redemocratização, com a promulgação da Lei nº 7.398/1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre, foi restituído aos estudantes o direito de organização autônoma (BRASIL, 1985).

¹ Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. Licenciado em Pedagogia pelo IMEP Educacional. Especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Desenvolve pesquisas sobre Historiografia antiga e medieval, teoria da História e Função Social do ator. Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, SME, PMSP, atualmente vinculado ao DICEU da DRE São Mateus, com atuação na Gestão Democrática e no Desenvolvimento dos Colegiados das Unidades Escolares.

A Constituição Federal de 1988 consolidou a liberdade de associação e a gestão democrática como princípios constitucionais (BRASIL, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirmou esses princípios, estabelecendo a participação dos estudantes como elemento essencial da gestão democrática (BRASIL, 1996).

Além do aspecto legal, os grêmios possuem função pedagógica estratégica, pois contribuem para o desenvolvimento das competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018), como pensamento crítico, comunicação, empatia, responsabilidade e cidadania. Para Libâneo (2001, p. 145),

"A participação ativa do estudante nas decisões da escola é condição necessária para a formação de sujeitos críticos e responsáveis".

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO QUE REGE OS GRÊMIOS ESTUDANTIS

A organização dos Grêmios Estudantis no Brasil tem sua base legal consolidada principalmente a partir da década de 1980. A Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, assegura o direito à criação de grêmios como entidades autônomas, representativas dos interesses dos estudantes do ensino fundamental e médio. Segundo a legislação:

"É assegurada aos estudantes a organização de grêmios estudantis, como entidades autônomas, representativas dos interesses dos estudantes" (BRASIL, 1985, art. 1º).

Além disso, outras normativas complementam essa garantia, reforçando a participação cidadã dos estudantes:

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): assegura os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, garantindo sua liberdade de organização e expressão (BRASIL, 1990, art. 16).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): estabelece princípios para a gestão democrática no ensino, estimulando a participação dos estudantes na vida

escolar (BRASIL, 1996, art. 3º, inciso VIII).

De acordo com Gadotti (2005, p. 54), a participação em grêmios "contribui para a formação cidadã e para o desenvolvimento de lideranças estudantis capazes de atuar como protagonistas no espaço escolar e na comunidade".

"A participação nos Grêmios Estudantis ajuda a formar lideranças estudantis, que podem se tornar protagonistas na escola e na comunidade." (GADOTTI, 2005, p. 54)

FUNÇÃO PEDAGÓGICA

FUNÇÃO PEDAGÓGICA DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

A função pedagógica dos Grêmios Estudantis é essencial para a construção da cidadania e para a efetivação da gestão democrática nas escolas. Esses espaços não se limitam à organização de eventos, mas cumprem um papel educativo ao possibilitar práticas que extrapolam o currículo formal.

Segundo Veiga (2003, p. 87),

"Os grêmios são espaços consultivos e deliberativos que favorecem a democratização da gestão escolar e proporcionam experiências concretas de atuação cívica".

Além de promoverem a participação, os Grêmios contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes em diferentes dimensões:

- **Desenvolvimento da consciência crítica:** Ao integrar debates sobre problemas reais da escola, os grêmios criam oportunidades para análise e proposição de soluções, estimulando o pensamento crítico (LIBÂNEO, 2001, p. 145). Por exemplo, assembleias gremistas que discutem a melhoria da merenda escolar ou a organização de eventos culturais fortalecem a autonomia dos estudantes.
- **Participação democrática:** A prática do voto, a escolha de representantes e a tomada de decisões em coletivo são experiências que simulam processos democráticos da vida social, preparando os jovens para o exercício da cidadania (VEIGA, 2003, p. 88).
- **Formação de lideranças:** A vivência

gremista possibilita que estudantes assumam papéis de liderança, desenvolvendo habilidades de comunicação, negociação e gestão de projetos. Como afirma Gadotti (2005, p. 54),

“A participação nos grêmios favorece a formação de lideranças comprometidas com a transformação da realidade escolar e social”.

Portanto, a função pedagógica do Grêmios vai além do aspecto recreativo: ela integra o projeto político-pedagógico da escola, consolidando valores democráticos e a construção da cidadania ativa.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

A organização interna dos Grêmios Estudantis é composta por diferentes cargos que garantem a gestão eficiente e democrática da entidade. Conforme Santos (2010, p. 64),

“A estrutura básica do Grêmios deve contemplar funções executivas e deliberativas, assegurando a divisão de responsabilidades entre seus membros”.

Os principais cargos são:

- **Presidente:** Responsável por representar oficialmente o Grêmios dentro e fora da escola, coordenar as atividades e presidir reuniões.
- **Vice-Presidente:** Atua como apoio direto ao presidente, assumindo suas atribuições em casos de ausência ou impedimento.
- **Secretário-Geral:** Cuida da documentação, das atas de reuniões e da correspondência oficial do Grêmios.
- **Tesoureiro-Geral:** Administra os recursos financeiros, elabora relatórios de prestação de contas e garante a transparência na gestão econômica.
- **Diretores de Departamentos:** Cada diretoria é responsável por áreas específicas, como Esportes, Cultura, Comunicação, Social, Meio Ambiente, entre outras, possibilitando a organização de projetos temáticos.

Essa estrutura tem caráter pedagógico, pois favorece a participação democrática, a divisão de tarefas e o desenvolvimento de competências de liderança e gestão entre os

estudantes. Os Grêmios Estudantis são fundamentais para a formação cidadã dos estudantes e para a democratização da gestão escolar. Eles proporcionam experiências valiosas de desenvolvimento da consciência crítica.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida neste estudo adotou uma abordagem qualitativa, caracterizada por análise documental e revisão bibliográfica, conforme orientações metodológicas de Gil (2019) e Minayo (2012). Essa abordagem foi escolhida por permitir a interpretação aprofundada de fenômenos sociais e educacionais no contexto dos grêmios estudantis.

FONTES DOCUMENTAIS

Foram analisados dispositivos legais que regulamentam a educação e a participação estudantil no Brasil, incluindo:

Constituição Federal de 1988, que assegura a liberdade de associação e a gestão democrática do ensino (BRASIL, 1988);

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a gestão democrática como princípio da educação (BRASIL, 1996);

Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante o direito à participação e à organização estudantil (BRASIL, 1990);

Lei nº 7.398/1985 – Lei do Grêmios Livre, que regulamenta a organização dos grêmios estudantis no país (BRASIL, 1985).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica incluiu obras de referência sobre:

- Função pedagógica e participação democrática (LIBÂNEO, 2001; GADOTTI, 2005; VEIGA, 2003);
- História dos movimentos estudantis no Brasil (CUNHA, 1991; ALMEIDA, 2018);
- Gestão democrática na escola (PARO, 2010; LÜCK, 2009).

A seleção das obras seguiu critérios de relevância teórica e atualização, priorizando estudos clássicos e pesquisas recentes sobre protagonismo juvenil.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados coletados foram organizados em três eixos temáticos, definidos a partir da categorização proposta por Bardin (2016):

- Histórico – evolução dos grêmios no Brasil, identificando períodos de incentivo e repressão.
- Legal – análise das leis e dispositivos normativos que asseguram a organização estudantil.
- Pedagógico – relação entre os grêmios, a formação cidadã e as competências gerais da BNCC.

A análise foi interpretativa, articulando os aspectos normativos e históricos com os fundamentos pedagógicos, buscando compreender o papel do grêmio como espaço de gestão democrática e formação integral do estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação revelou que os grêmios estudantis surgiram no Brasil no início do século XX, acompanhando a expansão do ensino secundário e as transformações sociais advindas da urbanização (CUNHA, 1991). Em sua origem, tinham caráter recreativo e cultural, organizando atividades esportivas e literárias, mas evoluíram para instâncias de participação política e defesa dos direitos estudantis (ALMEIDA, 2018).

Durante o Estado Novo (1937-1945), essas organizações sofreram restrições severas, sendo submetidas ao controle estatal (CUNHA, 1991). Na Ditadura Militar (1964-1985), os grêmios foram extintos pela Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464/1964) e substituídos por entidades controladas pelo regime, com o objetivo de evitar a organização política estudantil (ALMEIDA, 2018). Esse cenário só mudou com a Lei nº 7.398/1985, que restabeleceu a liberdade de organização dos grêmios, consolidada posteriormente pela

Constituição de 1988 e pela LDB de 1996 (BRASIL, 1985, 1988, 1996).

No aspecto pedagógico, os grêmios são espaços de aprendizagem não formal que contribuem para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como comunicação, empatia, responsabilidade, pensamento crítico e cidadania (BRASIL, 2018). Como afirma Libâneo (2001, p. 145),

“A participação ativa do estudante nas decisões da escola é condição necessária para a formação de sujeitos críticos e responsáveis”.

Entretanto, a pesquisa identificou desafios significativos:

Desinteresse estudantil, relacionado à falta de incentivo pedagógico e integração com o currículo (GADOTTI, 2005);

Resistência de gestores escolares, que muitas vezes não reconhecem os grêmios como instâncias legítimas de deliberação (VEIGA, 2003);

Ausência de formação política dos estudantes, dificultando a compreensão de seu papel democrático.

Para superar esses obstáculos, recomenda-se:

Integração do Grêmio ao Projeto Político-Pedagógico (PPP);

Formação continuada para professores sobre gestão democrática;

Ações pedagógicas articuladas às competências da BNCC, valorizando o protagonismo juvenil.

DISCUSSÃO

A análise dos resultados permite afirmar que os grêmios estudantis desempenham papel estratégico na promoção da educação para a cidadania e na consolidação da gestão democrática nas escolas. Ao possibilitar que os estudantes participem ativamente da vida escolar, essas entidades contribuem para a construção de uma cultura de diálogo, cooperação e responsabilidade social.

No entanto, a efetividade dos grêmios depende de fatores como o incentivo por parte das equipes gestoras, a disponibilização de

espaços adequados para reuniões e atividades, e a oferta de formação específica para os membros das diretorias. Sem esses elementos, os grêmios tendem a se restringir a funções meramente recreativas, perdendo seu potencial pedagógico.

Outro desafio identificado é a resistência cultural em algumas instituições, que ainda veem a participação estudantil como uma ameaça à autoridade docente ou à ordem escolar. Superar essa barreira requer um esforço conjunto de gestores, professores, famílias e órgãos de educação, de modo a compreender o grêmio como um aliado no processo educativo, e não como um elemento de conflito.

É importante destacar que a função pedagógica do grêmio vai além da organização de eventos. Trata-se de um espaço de educação política, onde os estudantes aprendem, por meio da prática, os princípios da democracia, da representatividade e da corresponsabilidade. Em um contexto social marcado pela crise de participação e pela desvalorização da política, fortalecer essas experiências é essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grêmios estudantis representam instrumentos fundamentais para a efetivação da gestão democrática e para a formação cidadã no ambiente escolar. Sua trajetória histórica revela avanços e retrocessos relacionados às condições políticas do país, demonstrando que a democracia na escola está diretamente vinculada à democracia na sociedade.

Do ponto de vista legal, a existência dos grêmios está amparada por um sólido arcabouço normativo, que garante aos estudantes o direito à organização e à participação. Contudo, a simples previsão legal não é suficiente para assegurar a efetividade dessas entidades. É necessário que as escolas promovam ações concretas de incentivo, forneçam suporte logístico e pedagógico, e reconheçam o grêmio como parte integrante do projeto político-pedagógico.

Em termos pedagógicos, os grêmios constituem espaços privilegiados para a aprendizagem da cidadania, pois permitem que os estudantes vivenciem processos de tomada de decisão, negociação, planejamento e execução de projetos coletivos. Essas experiências são insubstituíveis para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir de maneira crítica e responsável na sociedade.

CONCLUSÃO

Os grêmios estudantis configuram-se como instrumentos estratégicos para a consolidação da gestão democrática e para a formação cidadã no ambiente escolar. Sua trajetória histórica evidencia que a autonomia discente está diretamente relacionada ao grau de abertura democrática da sociedade, reforçando a necessidade de políticas educacionais que garantam sua efetividade.

Do ponto de vista legal, essas entidades possuem forte respaldo normativo, presente na Constituição Federal (1988), na LDB (Lei nº 9.394/1996), no ECA (Lei nº 8.069/1990) e na Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7.398/1985). No entanto, a existência jurídica não assegura a prática democrática, sendo imprescindível que as escolas implementem estratégias pedagógicas que integrem o grêmio ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e assegurem apoio logístico, espaço físico adequado e acompanhamento formativo.

Sob a perspectiva pedagógica, os grêmios promovem experiências únicas de participação, estimulando competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como autonomia, pensamento crítico, empatia, responsabilidade e cidadania. Tais vivências contribuem para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma ética, crítica e colaborativa na sociedade.

Entretanto, persistem desafios estruturais e culturais, como:

Desinteresse estudantil, associado à ausência de significado pedagógico;

Resistência de gestores, que não reconhecem o grêmio como instância deliberativa;

Falta de formação política dos estudantes, dificultando a compreensão do papel democrático da entidade.

Para superar essas barreiras, recomenda-se:

1. Institucionalizar o grêmio no PPP, garantindo sua participação em conselhos e assembleias escolares;
2. Promover formação continuada para professores e líderes estudantis, abordando gestão democrática e cidadania ativa;
3. Criar programas de incentivo e assessoria pedagógica, com orientação da Secretaria de Educação e apoio de órgãos colegiados;
4. Articular ações do grêmio com projetos interdisciplinares, vinculando-as às competências gerais da BNCC.

Conclui-se que os grêmios estudantis, quando efetivamente valorizados e apoiados, ultrapassam o caráter meramente associativo e se consolidam como espaços de aprendizagem democrática, fortalecendo a participação social e contribuindo para a transformação da escola em um ambiente mais justo, participativo e emancipador.

REFERÊNCIAS

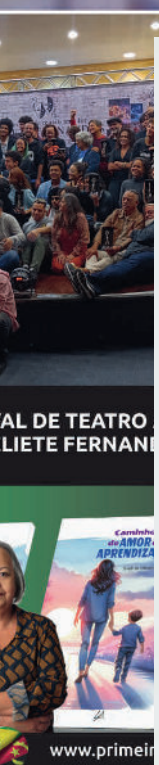
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1985.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- COSTA, A. M. Educação e democracia: o papel dos grêmios estudantis. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 123-140, 2010.
- MEC. Manual de orientação para grêmios estudantis. Brasília: Ministério da Educação, 2019.
- BRASIL. Lei Nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades estudantis.
- BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- GADOTTI, M. (2005). *“Educação e cidadania”*. São Paulo:

Cortez.

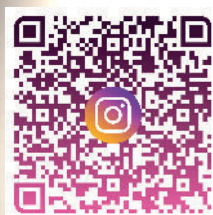
LIBÂNEO, J. C. (2001). *“Organização e gestão da escola”*. Goiânia: Alternativa.

SANTOS, A. R. (2010). *“Grêmios estudantis: uma análise da participação democrática”*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

VEIGA, I. P. A. (2003). *“Educação e democracia”*. Campinas: Papirus.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Ana Maria Dainauskas Soares
- Angélica Rodrigues Valentin
- Angelina de Fátima Chitundo Estêvão Yopilo
- Áurea Carvalho de Souza
- Daniel Pedro José
- Daniela dos Santos Magalhães
- Domingos Elias Sachico
- Domingos Fernando Cassuende Lucunde
- Dorivaldo da Graça Guedes Tavares e Edmilson dos Prazeres da Silva
- Edson Maria Sebastião Jorge
- Elisete Vicente da Silva Oliveira
- Estevão Quixina Cassule
- Eunice Muansa Mueshi
- Feliciano da Cruz Vicente Manuel
- Fernando Sanji
- Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
- Girlene Nascimento da Silva Mantovani
- Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
- Joaquim Pereira Bravo
- José Campos Kifuba
- Juliana da Silva Oliveira
- Luzinete Bispo dos Santos
- Manuel Esteves Mutalo Coa
- Manuel Ligas António
- Maria Aparecida Armandilha Nunes
- Marcelo Santos de Mascarenhas
- Maria Mvú André Dondo
- Mariangela de Jesus Chagas
- Mirella Clerici
- Nelito António
- Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
- Silvia Harue Yogui
- Solange Aparecida Silva
- Suellen Vidal Araújo da Silva
- Sylas Ivan Rizzo Tudech
- Tânia Maria Pereira Castro
- Tháís Maranhão Pereira Rodrigues
- Vanessa Fernandes Leandro de Assunção
- Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

